

Acórdão nº 9.135/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 16.123.2012-70-TCE (C/ 01 Anexo e Processo nº 16.122.2012-60 – Apenso)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Assis Brasil, exercício de 2011.
RESPONSÁVEL: Senhora **Maria Eliane Gadelha Cariús**
RELATOR: Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**

Prestação de Contas. Prefeitura. Abertura de Tomada de Contas Especial. Aplicação da multa prevista no art. 89, inciso II, da LCE nº 30/96 a gestora. Notificar o atual gestor sobre as irregularidades e falhas apontadas no Relatório Técnico. Irregularidade. Condenação. Devolução. Aplicação de multa do art. 88 da Lei Complementar nº 38/93. Remessa do apurado ao Ministério Público Estadual. Remessa de cópia à Câmara Municipal.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) abrir Tomada de Contas Especial**, com fulcro no § 1º, do art. 44 da LCE nº 38/93 para apurar os gastos com os agentes políticos; **2) aplicar multa**, prevista no art. 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93 combinado com o art. 139, inciso II, da Resolução TCE nº 30/96, à Senhora **Maria Eliane Gadelha Cariús**, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), em face das irregularidades e falhas descritas e em favor do Tesouro Estadual, no prazo de 30 (trinta) dias. No caso de descumprimento, deverá ser procedida sua cobrança pela via judicial; **3) notificar o atual gestor** para conhecimento e correção das irregularidades e falhas apontadas pela área técnica: **a)** infringência ao disposto no Anexo IV da Resolução TCE/AC nº 62/2008, em razão do não encaminhamento, em sua totalidade, das peças obrigatórias; **b)** infringência ao art. 11 da Resolução TCE/AC nº 62/2008 e Resolução CFC nº 1.363/2011, pela ausência de apresentação de Declaração de Habilitação Profissional – DHP eletrônica, nos demonstrativos contábeis; **c)** infringência ao art. 42 da Lei nº 4.320/1964, c/c art. 6º da Lei Municipal nº 039/2010 (LOA) e o art. 167, V, da CF/88; **d)** execução orçamentária deficitária na ordem de R\$ 472.337,26 (quatrocentos e setenta e dois mil, trezentos e trinta e sete reais e vinte e seis centavos), uma vez que, analisando os extratos bancários e suas respectivas conciliações, apuramos um montante no valor de R\$ 714.618,92 (setecentos e quatorze mil, seiscentos e dezoito reais e noventa e dois centavos); **e)** infringência aos artigos 85 a 105 da Lei nº 4.320/1964; **f)** Infringência ao art. 77, III e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, pelo desatendimento à aplicação mínima de 15% da receita base de cálculo na área de saúde, visto que o percentual atingido foi de apenas 14,49%; **g)** o Poder Executivo aplicou o correspondente a 23,64% da receita proveniente de impostos, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, descumprindo o disposto no artigo 212, da Constituição Federal; **h)** não enviou o Parecer do Conselho do FUNDEB, assim contrariando a exigência do art. 27, parágrafo único da Lei 11.494/2007; **i)** infringência ao art. 169 da Constituição Federal, artigo 19, III e 20, III, “b” da Lei Complementar nº 101/2000, em

(Acórdão nº 9.135/2015/Plenário-TCE/AC – FL. 02 de 02)

razão de descumprimento ao limite de gasto com pessoal; **j)** infringência ao art. 37, XXI da CF/88 e artigos 2º e 3º da Lei nº 8.666/1993, em razão da realização de contratações sem procedimentos licitatórios; **k)** infringência aos artigos 2º e 65 da Lei 8.666/1993, em razão de exceder os 25% possíveis de acréscimos do montante inicial do contrato; **4) pelo desapensamento** do processo nº 16.122.2012-60-TCE, que trata da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde, para análise e julgamento em separado; **5)** após as anotações de estilo, sejam os autos remetidos à Augusta Câmara Municipal de Assis Brasil, para as providências legais; e **6)** pelo **encaminhamento** de cópia do processo ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Decidiu-se, **por maioria**, nos termos do voto do Conselheiro Antônio Jorge Malheiro, seguido pelos Conselheiros Antonio Cristovão Correia de Messias, Ronald Polanco Ribeiro e pela Conselheira Dulcinéa Benício de Araújo: **1) condenar** a Senhora **Maria Eliane Gadelha Cariús** a devolver aos cofres públicos a importância de **R\$ 383.197,40** (trezentos e oitenta e três mil, cento e noventa e sete reais e quarenta centavos), em face dos saldos bancários não comprovados, considerando que consta nos autos um saldo de transferência de um exercício para o outro no valor de R\$ 238.872,07 (duzentos e trinta e oito mil, oitocentos e setenta e dois reais e sete centavos) e que, na prestação de 2010, o saldo era de R\$ 684.453,99 (seiscentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e noventa e nove centavos), e, no início de 2011, era de apenas R\$ 540.128,66 (quinhentos e quarenta mil, cento e vinte e oito reais e sessenta e seis centavos), desaparecendo R\$ 144.325,33 (cento e quarenta e quatro mil, trezentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos); e **2) aplicar multa** a Senhora **Maria Eliane Gadelha Cariús** de **10%** (dez por cento) do valor total a ser devolvido, com fulcro no art. 88, da Lei Complementar nº 38/93". **Vencidos, em parte**, o Conselheiro-Relator e o Conselheiro José Augusto Araújo de Faria, que votaram pela abertura de Tomada de Contas Especial para apuração dos saldos bancários e patrimoniais.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre
Rio Branco – Acre, 12 de fevereiro de 2015

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Relator

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.